

A EMERGÊNCIA DE UMA TEORIA FEMINISTA DECOLONIAL: UM OLHAR DESDE A PERSPECTIVA DA COLONIALIDADE DE GÊNERO¹

THE EMERGENCY OF A DECOLONIAL FEMINIST THEORY: A LOOK FROM THE PERSPECTIVE OF GENDER COLONIALITY

Juliana Adono da Silva²

UNESP: <https://orcid.org/0000-0001-7848-1033>

DOI: 10.21680/1982-1662.2023v6n38ID31403

Resumo

A teoria feminista tem sido repensada a partir de múltiplas epistemologias, vertentes e perspectivas, de forma contextualizada à realidade local das pensadoras e às demandas presentes nas lutas históricas das diferentes correntes do movimento feminista. Com isso, as diversas vertentes teóricas feministas, como epistemologias plurais, buscam abordar a violência de gênero desde múltiplas perspectivas. Dentre tais correntes está o feminismo decolonial, cuja centralidade de pauta abrange a crítica à colonialidade de gênero. Diante disso, o presente trabalho busca demonstrar a contribuição da produção científica da teoria feminista decolonial às epistemologias feministas, como ferramenta analítica da violência de gênero como um problema social. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica, com base em fontes secundárias de análise. Conclui-se que, com base na perspectiva contra-hegemônica presente na teoria feminista decolonial, esta produção científica se propõe como uma verdadeira revolução científica no campo dos estudos de gênero.

¹ Trabalho final apresentado como um dos requisitos para aprovação na disciplina intitulada Teoria das Ciências Sociais, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

² E-mail: julianaadonosilva@gmail.com

Palavras-chave: Teoria feminista. Violência de gênero. Feminismo decolonial. Epistemologias feministas. Revolução científica.

Abstract

Feminist theory has been rethought from multiple epistemologies, strands and perspectives, contextualized to the local reality of the thinkers and the demands present in the historical struggles of the different currents of the feminist movement. Therefore, the different feminist theoretical strands, as plural epistemologies, seek to address gender violence from multiple perspectives. Among these currents is decolonial feminism, whose central focus includes the critique of gender coloniality. In view of this, the present work seeks to demonstrate the contribution of the scientific production of decolonial feminist theory to feminist epistemologies, as an analytical tool for gender violence as a social problem. To this end, bibliographical research was carried out, based on secondary sources of analysis. It is concluded that, based on the counter-hegemonic perspective present in decolonial feminist theory, this scientific production proposes itself as a true scientific revolution in the field of gender studies.

Keywords: Feminist theory. Gender violence. Decolonial feminist. Feminist epistemologies. Scientific revolution.

Introdução

A teoria feminista, como ferramenta analítica acerca da violência de gênero, especificamente no campo das Ciências Sociais, tem sido repensada historicamente, de modo que diferentes vertentes teóricas têm sido elaboradas no âmbito da formação deste conhecimento científico.

Contudo, essa pluralidade de perspectivas epistemológicas que perpassa a produção científica da teoria feminista enfatiza diferentes narrativas acerca das relações de gênero, desde uma leitura clássica e ancorada em valores liberais (Wollstonecraft, 2017), até uma proposta contemporânea, fundada numa crítica ao

que a socióloga argentina Maria Lugones (2011) denomina por colonialidade de gênero, em contraponto aos conceitos eurocêntricos, dicotômicos e heteronormativos utilizados por determinados pensadores que se vinculam ao giro decolonial (Quijano, 2005), o qual consiste num movimento epistemológico de atualização da tradição crítica de pensamento latino-americano, por meio da opção decolonial, protagonizada por pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (Ballestrin, 2013, p. 89).

Diante disso, existe ainda na Academia determinada disputa teórica em torno da formulação da categoria “gênero”, o que pode ser verificado no próprio reconhecimento científico de teorias feministas que analisam as relações de gênero sob diferentes perspectivas, seja a partir de uma análise de teor liberal e eurocêntrico, seja a partir de análises que (criticam e) ultrapassam tal visão, considerada uma concepção hegemônica (Nascimento, 2021), de modo a adotarem recortes de classe, raça, etnia e elementos inerentes ao próprio colonialismo, em suas ferramentas analíticas.

A revisão de abordagens teórico-metodológicas do feminismo nos últimos anos constatou que, para além das três ondas³ referentes à formulação do pensamento feminista, novas epistemologias, cujas teorias, metodologias e práticas políticas se articulam junto às demandas e pautas do movimento feminista na contemporaneidade, de modo a reunir as contribuições teóricas de pensadoras no âmbito do que autoras têm definido como a “quarta onda feminista” (Figueiredo, 2020).

O presente trabalho é fruto de revisões bibliográficas e discussões coletivas realizadas no âmbito no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, cujas informações já foram destacadas em nota de rodapé. Tais discussões geraram reflexões acerca da violência de gênero como problema de pesquisa em andamento, cujo marco teórico está ancorado no feminismo decolonial, como ferramenta analítica das relações de gênero.

³ Entende-se por “ondas” do feminismo uma perspectiva semântica que demonstra as diferentes contribuições deste movimento social e seus acúmulos teóricos às epistemologias feministas. Contudo, tal expressão não quer dizer que tais movimentos tenham se esgotado e se limitado a cada período histórico de seu aparecimento, uma vez que a sua coexistência permanece até os dias atuais. Em síntese, pode-se afirmar que a 1ª (primeira) onda está relacionada aos direitos civis; a 2ª (segunda) tem como centralidade os direitos sexuais e reprodutivos; a 3ª (terceira) vincula-se ao pós-estruturalismo; e a 4ª (quarta), ainda em construção, reúne, dentre outras epistemologias, o pensamento feminista negro e decolonial na contemporaneidade (Siqueira; Bussinger, 2020). Cabe destacar, sobretudo, que o uso desta expressão se justifica, unicamente, pela sua importância didática, sob o cuidado de abordar tal fenômeno, sem distanciar-se de sua historicidade (Popper, 1997).

Como os percursos teórico-metodológicos do feminismo dialogam com a construção do conhecimento científico das Ciências Sociais na contemporaneidade? A limitação das produções bibliográficas clássicas da teoria feminista está também associada à insuficiência de um feminismo como movimento social protagonizado por mulheres não violentadas pela colonialidade do poder? A teoria feminista clássica pode ser considerada o prelúdio da revolução científica no campo dos estudos de gênero, em termos de crise paradigmática?

Estas foram apenas algumas das indagações que deram vida a este trabalho. Para respondê-las, o ancoramento bibliográfico reúne pensadores e pensadoras que oferecem as bases teóricas para a compreensão do reconhecimento da teoria feminista decolonial como uma ferramenta válida de análise de problemas sociais, bem como legítima resposta à crise paradigmática, ou seja, legítimo mecanismo de rompimento de paradigmas científicos⁴ no campo dos estudos de gênero.

Em diálogo com o sociólogo francês judeu de origem sefardita Edgar Morin, especificamente em sua obra denominada *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2011), em que assinala a importância da contextualização na produção científica do conhecimento, o presente trabalho buscará demonstrar os percursos teórico-metodológicos da teoria feminista decolonial, de forma contextualizada aos processos sociais⁵ e políticos que circundaram os novos movimentos feministas da época de sua formulação, de forma a fazê-lo sem perder de vista a sua historicidade e o papel dessas intelectuais como sujeitos ativos socialmente circunscritos na produção do conhecimento⁶.

⁴ “Testemunhamos o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: são as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros. Esse movimento tem sido autodefinido pelas mulheres negras em Salvador como maré feminista negra, uma clara alusão à divisão das três fases que caracterizam o feminismo em ondas; ao mesmo tempo em que se constitui enquanto uma ruptura, uma vez que as diferentes ondas feministas não incluíram, em nenhuma de suas fases, a contribuição feminista negra” (Figueiredo, 2020).

⁵ Na perspectiva weberiana (2016), a sociedade é resultado da ação dos indivíduos que agem em busca do que querem. Nessa medida, as interações acontecem e, por conseguinte, as coisas também. A relação do indivíduo com o meio em que ele está situado é central nessa análise. Na contemporaneidade, isso é mais evidente.

⁶ Para selecionar as fontes desde uma abordagem que mantenha a historicidade do conhecimento científico e tenha o rigor metodológico para lidar com as subjetividades envolvidas, o presente trabalho observou as considerações do filósofo polonês Adam Schaff, principalmente no que tange à teoria do reflexo interpretação pela concepção marxista (1987). Nas palavras do autor: “[...] o papel ativo do sujeito no processo do conhecimento, a sua influência neste processo e nas suas produções por intermédio dos fatores que determinam o psiquismo e as atitudes do sujeito. Estes fatores são nomeadamente: a estrutura do aparelho perceptivo do sujeito, a língua com a qual este pensa e que o dota de um aparelho conceitual determinando uma articulação e uma percepção determinadas da realidade, e os interesses de classe ou de grupo que decidem conjuntamente a escolha pelo indivíduo

Compreender o contexto local e global é tarefa primordial para a formulação e a sistematização de um conhecimento científico. Por isso, o trabalho perpassará os principais aspectos inerentes ao estado da arte do campo dos estudos de gênero, de modo a enfatizar os elementos referentes à elaboração de uma teoria feminista decolonial.

Em diálogo com essa abordagem, busca-se acompanhar a influência do movimento feminista na contemporaneidade, tendo em vista que, a partir do advento dos estudos decoloniais na Academia (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019), a corrente teórica e política do feminismo hegemônico, cujas aspirações e visões de mundo reduzem-se ao caráter do capitalismo como sinônimo de progresso (Fontana, 2004) torna-se insuficiente, tanto em termos científicos, como em termos de práticas políticas. Isso decorre da visibilidade que ganham as demandas de mulheres violentadas pelas relações coloniais ainda vigentes, dentre elas as negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras, transgêneros, dentre outras.

Uma vez que a natureza do trabalho se limitou a fontes que abrangem bibliografias, buscou-se demonstrar de que forma a produção científica é um exercício eminentemente político, contudo requer método, o que abrange, também, a necessidade de uma constante revisão e análise de complexos categoriais, de forma contextualizada, sem perder de vista a historicidade dos fenômenos sociais.

Para tanto, primeiramente, são apresentados aspectos históricos do estado da arte do campo dos estudos de gênero. Num segundo momento, desdobra-se, de forma contextualizada, sobre os percursos teórico-metodológicos que levaram à formulação e validação científica da teoria feminista decolonial. Por fim, são mencionados alguns dos desafios e enfrentamentos dessa ferramenta analítica diante da atual conjuntura.

Procedimentos metodológicos

O desenvolvimento da pesquisa se deu sob a perspectiva teórica do feminismo decolonial. As categorias utilizadas bebem das fontes das epistemologias plurais no campo das Ciências Sociais, bem como das abordagens teórico-metodológicas feministas que dialogam com a teoria decolonial.

Diante da lógica de saberes que retroalimenta as hierarquias sociais, raciais, de gênero e étnicas, ao questionar as estruturas de poder e as relações de dominação

do seu sistema de valores, etc.” (Schaff, 1987, p. 90).

e exploração na modernidade, a teoria feminista decolonial realiza o exercício de visitar e analisar o pensamento feminista na Academia, a fim de propor, a partir de seus acúmulos teóricos, uma nova ferramenta analítica com consistência teórica e rigor científico, portanto, dotada da capacidade de produzir um novo conhecimento no campo dos estudos de gênero.

Ancorada nos critérios de autonomia e cientificidade propostos pelo pensamento clássico de Durkheim (2007), a teoria feminista decolonial parte da compreensão dos fatos sociais como exteriores, ou seja, como coisas (que são visualizadas pelas suas maneiras de pensar, sentir e agir); coletivos (pois pertencentes a um determinado contexto de indivíduos que se relacionam coletivamente); e submetidos a instituições sociais de coerção, como, por exemplo, o sistema jurídico vigente de uma determinada sociedade, a religião, os costumes, a ideia de moralidade, dentre outros.

A análise da violência de gênero realizada pela teoria feminista decolonial, ao recuperar o saber feminista periférico, dialoga, no campo epistemológico, com os estudos decoloniais, os quais compartilham um conjunto sistemático de elementos teóricos que recuperam a questão do poder na modernidade (Quintero; Figueira; Elizalde, 2019, p. 5).

Diante disso, a sistematização da metodologia está pautada, sobretudo numa perspectiva crítica e emancipadora de produção do conhecimento científico, uma vez que o sentido do trabalho vai ao encontro com um dos sentidos das práticas políticas dos feminismos inseridos na quarta onda, e o seu desenvolvimento é, portanto, indissociável aos objetivos de transformação, emancipação e subversão à ordem social dominante imposta (Carrillo, 2019, p. 42). Nesse sentido, cabe destacar as palavras do filósofo italiano Umberto Eco, a saber:

Pode-se fazer uma tese política observando todas as regras de cientificidade necessárias. Pode haver também uma tese que narre uma experiência de informação alternativa mediante sistemas audiovisuais numa comunidade operária: ela será científica na medida em que documentar, de modo público e controlável, a minha experiência e permitir a alguém refazê-la quer para obter os mesmos resultados, quer para descobrir que os meus haviam sido casuais e, de fato, não se deviam à minha intervenção, mas a outros fatores que não considerei (Eco, 2019, pp. 30-31, grifos do autor).

De acordo com o filósofo e sociólogo francês Lucien Goldmann (1978), o processo de construção do conhecimento científico é, também, um fato humano,

histórico e social, o que não interfere no seu rigor científico, uma vez que a pesquisa científica deve estar ancorada em um procedimento sistematizado, por meio do qual:

[...] novos conhecimentos são coletados. A pesquisa não é apenas confirmação ou reorganização de dados já conhecidos ou escritos nem mera elaboração de ideia; ela exige comprovação e verificação. Dá ênfase ao descobrimento de princípios gerais, transcende as situações particulares e utiliza procedimentos de amostragem, para inferir algo para a totalidade ou conjunto da população (Marconi; Lakatos, 2021, p. 4).

Atrelada a esse sentido, a pesquisa está ancorada na teoria decolonial, tomando como referencial teórico os estudos e as contribuições teóricas já desenvolvidas pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), mediante a crítica realizada à colonialidade de gênero pelo feminismo decolonial, com fundamento nos trabalhos de Lugones. Tal corrente teórica constitui-se como a principal ferramenta analítica do tema da presente investigação.

Sendo a pesquisa um procedimento formal, constituído por método de pensamento reflexivo, que necessita de tratamento científico e se fundamenta como instrumento que tem por intuito a realidade como objeto cognoscível (Marconi; Lakatos, 2021), a sistematização da metodologia está organizada pelos seguintes elementos: marco teórico, setores do conhecimento, processos de estudo, natureza dos dados e técnicas e procedimentos metodológicos.

Em relação ao marco teórico, segundo as sociólogas brasileiras Marina Marconi e Eva Maria Lakatos (2021, p. 3), “[...] a teoria, como instrumento de ciência que é, é utilizada para conceituar os dados a serem analisados”, por isso, ao longo da exploração técnica, sistemática e exata, mediante a utilização dos instrumentos adequados, o trabalho estrutura-se a partir das epistemologias feministas decoloniais (Lugones, 2011; Segato, 2012; Ballestrin, 2017; Bidaseca, 2011; Collins, 2019; Gonzalez, 1988) em articulação com a teoria decolonial, ancorada da análise de Quijano (2005) acerca do sistema capitalista mundial de poder referente à “colonialidade do poder” e à modernidade.

Quanto aos setores do conhecimento, a pesquisa insere-se em uma perspectiva teórico-metodológica que lê a interdisciplinaridade como um dos possíveis caminhos a um problema muito mais complexo “como a unidade do ser e do saber, ou a unidade das ciências, das técnicas, das artes e das humanidades com o conjunto cognoscível e construível da vida e do universo” (Casanova, 2006, p. 13).

Uma vez que o seu objetivo não se limita a identificar e quantificar os resultados, mas sim demonstrar a contribuição da produção científica da teoria feminista decolonial às epistemologias feministas como ferramenta analítica da violência de gênero como um problema social, a pesquisa segue a linha qualitativa (Gallardo, 2003).

Com isso, a adoção de procedimentos científicos se condiciona a determinados elementos, quais sejam: a potencialidade das narrativas contra-hegemônicas frente à colonialidade de gênero; a necessidade da crítica na investigação social; a subversão das chaves metodológicas para intervir na realidade; o diálogo com as epistemologias do Sul; o conhecimento como desafio educativo e político; e a maturidade intelectual para o contato com diferentes contextos e narrativas que visam à emancipação (Carrillo, 2019, pp. 43-61).

Deste modo, em harmonia com os objetivos e o marco teórico da pesquisa, os processos de estudo vinculam-se à linha crítico-metodológica, de vertente teórico-metodológica sociológica e de raciocínio dialético. E, uma vez que a pesquisa é qualitativa, parcialmente descritiva e pretende contribuir com a teoria feminista decolonial, seus dados secundários abrangem a revisão da literatura geral e especializada.

Por fim, referente às técnicas e aos procedimentos tecnológicos em sentido estrito, as seguintes indagações foram determinantes para o levantamento preliminar de epistemologias e métodos feministas nas Ciências Sociais, a saber: Como realizar pesquisa feminista nas Ciências Sociais? É possível harmonizar estratégias e procedimentos metodológicos às especificidades de raça e classe desde uma perspectiva de gênero? Quais métodos feministas na investigação social estão mais próximos às mulheres periféricas na qualidade de sujeitos da pesquisa?

Considerando a complexidade e a dimensão do problema de pesquisa, foram selecionadas técnicas e procedimentos metodológicos que contemplassem as especificidades das sujeitas da pesquisa, numa abordagem, primeiramente, interseccional. Por isso, o trabalho está ancorado no diálogo com métodos feministas nas Ciências Sociais e discussões afins acerca das possibilidades de uma sociologia feminista (Scavone, 2008; Mies, 1996).

Os procedimentos metodológicos envolvem, portanto, a pesquisa bibliográfica, mediante a revisão dos percursos teórico-metodológicos do pensamento feminista

decolonial no campo científico dos estudos de gênero.

Breve síntese dos principais aspectos do estado da arte dos estudos de gênero

O texto intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado pela primeira vez em 1989, de autoria da historiadora norte-americana Joan Scott, apresenta uma espécie de “estado da arte dos estudos de gênero”, formulado por esta pensadora, concatenado às principais contribuições neste campo de estudos até à abordagem inaugurada por sua obra.

Scott apresenta os argumentos da historiadora Natalie Davis, em 1975, no sentido de que justifica e reivindica um campo de estudos sobre “os grupos de gênero no passado histórico”, com base nos papéis e simbolismos sexuais oriundos de diferentes sociedades e períodos, e a sua relação com a ordem social vigente (Scott, 1995, p. 72).

A categoria “gênero” era proposta por teóricas que sustentavam o entendimento de que a pesquisa sobre as mulheres teria o condão de transformar fundamentalmente os paradigmas disciplinares, conforme sustentado pelo pensamento clássico weberiano, a saber:

Na ciência, sabemos que as nossas realizações se tornarão antiquadas em dez, vinte, cinquenta anos. É esse o destino a que está condicionada a ciência: é o *sentido* mesmo do trabalho científico, a que ela está dedicada em uma acepção bem específica, em comparação com outras esferas de cultura para as quais, em geral, o mesmo se aplica. Toda ‘realização científica suscita novas ‘perguntas’: *pede* para ser ultrapassada’ e superada. Quem deseja servir à ciência tem de resignar-se a tal fato” (Weber, 2016, p. 96, grifos do autor).

As referidas teóricas também se ancoravam na ideia de que esse novo campo de pesquisa, além de introduzir novos temas de investigação, estabeleceria uma revisitação crítica das premissas e dos requisitos do trabalho científico já existente (Scott, 1995, p. 73).

Esse grupo de pensadoras inclui como teóricas de destaque as historiadoras Ann D. Gordon, Mari Jo Buhle e Nancy Shrom Dye, cujos discursos demonstravam que o processo de inscrever as mulheres na História demandaria, sobretudo, a redefinição e a ampliação das noções tradicionais e hegemônicas⁷ do que é historicamente relevante, de modo a incluir não apenas as suas experiências pessoais e subjetivas,

⁷ Segundo tais definições, mulheres seriam biologicamente determinadas.

como também as atividades públicas e políticas (Scott, 1995, p. 73).

Em meio a este processo, a utilização da categoria “gênero” em substituição à categoria “mulheres”, é um dos aspectos que demonstra a busca por legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos de 1980 (Scott, 1995, p. 75).

A categoria “gênero”, portanto, passa a configurar-se, segundo Scott, como o “estudo do outro”. Em suas próprias palavras:

[...] o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

Além disso, os percursos teórico-metodológicos deste campo de estudo são marcados, sobretudo, pela pluralidade de vertentes e abordagens que se propõem como ferramentas analíticas acerca das relações de gênero. Nesse sentido, enfatiza Scott que:

Os/as historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Scott, 1995, p. 77).

Ademais, pode-se afirmar que a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica apenas emergiu ao final do século XX. Por isso, ela não está presente nas principais abordagens da teoria social elaboradas desde o século XVIII até o início do século XX (Scott, 1995, p. 85).

Em meio a este cenário, situadas ao lado da crítica da ciência elaborada pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvidos pelos/as pós-estruturalistas, as teóricas feministas passaram a encontrar uma voz teórica própria, além de aliados/as acadêmicos⁸ e políticos/as, de modo que “gênero” passou a ser articulado como uma categoria analítica (Scott, 1995, p. 85).

⁸ Acontecimento de suma relevância, uma vez que as relações de poder estão presentes, inclusive até hoje, nas Universidades. Daí, a importância de aliados no processo de rompimento de paradigmas científicos e legitimação de novas teorias. Para saber mais, indica-se a leitura da obra “Os últimos intelectuais: A Cultura Americana na Era da Academia” de Jacoby Russell (1990).

Scott formula a sua própria definição de gênero, cuja centralidade está sustentada por uma conexão integral entre duas proposições, quais sejam: “[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Portanto, o campo dos estudos de gênero, ao ganhar legitimidade científica na Academia, apresenta-se também como instrumento de prática política dos novos movimentos feministas cujo horizonte abrange a libertação dos sujeitos impactados pela violência de gênero.

Tal violência pode ser analiticamente interpretada por diferentes correntes teóricas, de acordo com o seu contexto global/local, os sujeitos envolvidos, a realidade social em que estão inseridos, as práticas culturais vigentes num determinado sistema organizacional, bem como o momento histórico e político em que se inscrevem. Para compreender tais elementos, no campo delimitado da teoria feminista decolonial, como uma das vertentes presentes nos estudos de gênero, tal desdobramento será realizado na próxima seção.

Percursos teórico-metodológicos da teoria feminista decolonial

Tendo em vista a síntese dos principais aspectos do estado da arte do campo dos estudos de gênero, com ancoramento bibliográfico na obra de Scott, a presente seção busca demonstrar elementos inerentes aos percursos teórico-metodológicos que levaram à construção e à validação científica da teoria feminista decolonial neste campo do conhecimento.

Para tanto, ancora-se na obra de Lugones (2019), cujo pensamento é elaborado em torno do que denomina por colonialidade de gêneros, com base na abordagem acerca da diferença colonial como uma das especificidades que caracterizam as problematizações realizadas pela teoria feminista decolonial, em termos de relações de gênero.

As diversas epistemologias feministas que elaboram e sistematizam, desde as suas diferentes perspectivas, ferramentas analíticas acerca das relações de gênero, bebem de fontes de uma multiplicidade de teorias científicas. Indissociáveis às práticas políticas dos feminismos, as teorias feministas têm contribuído historicamente em termos de produção científica no campo dos estudos de gênero.

As teorias feministas e os feminismos, portanto, coexistem. Daí a necessidade de vincular cada abordagem teórica aos interesses, demandas, especificidades das mulheres organizadas política e historicamente com o intuito de lutar por seus direitos, tendo em vista os problemas sociais existentes em torno das relações de gênero.

O campo dos estudos de gênero, contudo, abrange diferentes problemas que podem ser investigados pelas Ciências Sociais. O presente trabalho buscou delimitar pelo recorte da violência de gênero, ancorando-se no feminismo decolonial como ferramenta de análise.

Um estudo publicado pela socióloga brasileira Lourdes Maria Bandeira (2019) apresenta elementos acerca da construção do campo teórico e de investigação da violência de gênero. Segundo Bandeira (2019), este campo foi empreendido com fundamento nas lutas do movimento feminista brasileiro e internacional.

No que tange especificamente à violência de gênero, a partir de 1980, inscreveu-se no Brasil um novo campo de estudos e ação, de modo a abrir espaço cognitivo novo e, acima de tudo, uma abordagem política singular, que levou à criação de serviços públicos especializados e leis particulares destinadas às pessoas em situação desta modalidade de violência (Bandeira, 2019, p. 293).

Nas palavras de Bandeira:

A qualificação e a análise da problemática da violência contra a mulher ocorreram à medida que o movimento feminista desconstruiu a ideia corrente de que o aparato sexual era inerente à natureza das mulheres e dos homens, colocando as concepções acerca dos sexos fora do âmbito biológico e inscrevendo-as na história. Por conseguinte, desconstruiu a ideia de que a violência contra a mulher está ligada aos significados atribuídos, de modo essencial, à masculinidade, à feminilidade e à relação entre homens e mulheres em nossa cultura. Para se aprofundar no tema, a noção de gênero foi fundamental. Distinta da noção de sexo, sob a qual se dava no senso comum, essa noção oferece uma alternativa à associação do feminino com fragilidade ou submissão, que serve ainda hoje para justificar preconceitos (Bandeira, 2019, p. 293).

A violência como categoria analítica da teoria sociológica clássica surge em articulação com os estudos sobre o controle social e do papel do Estado. Já a violência de gênero, mais especificamente, tem sua origem mediante o empreendimento de questões e reivindicações do movimento feminista, com fundamento em constatações empíricas contundentes (Bandeira, 2019, p. 294).

Desde o início dos anos 1970, as feministas americanas denunciavam a violência sexual contra a mulher. No entanto, apenas uma década depois esse fenômeno veio a ser apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa, cuja configuração mais usada passou a ser violência contra a mulher⁹ e se caracterizou como a questão central do movimento feminista nacional (Bandeira, 2019, p. 195).

Como ferramentas analíticas da violência de gênero nas Ciências Sociais, historicamente têm sido elaboradas e sistematizadas epistemologias feministas que sustentam, no campo dos estudos de gênero, com legítima cientificidade¹⁰, esta crítica sob diferentes abordagens e perspectivas.

Dentre tais epistemologias, o presente trabalho se sustenta nas discussões do feminismo decolonial, uma vez que o objeto de estudo está em torno da colonialidade de gênero e suas articulações com a modernidade colonial capitalista.

Esta vertente também dialoga com as teorias feministas marxistas que buscam analisar as subjetividades femininas na crise civilizatória imbricada à modernidade capitalista (Federici, 2019; Haraway, 2004, Millán, 2018); estruturam a crítica feminista ao eurocentrismo, ao racismo e à colonialidade (Miñoso, 2016); propõem os feminismos subalternos e pós-coloniais (Spivak, 2010); bem como as que sistematizam o feminismo afro-latino-americano e a categoria interseccionalidade (Davis, 2017).

A perspectiva teórica do feminismo decolonial sustentado pelo pensamento de Lugones (2019) considera que:

[...] a imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa relações com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam ou a cuidar do mundo ou a destruí-lo (Lugones, 2019, p. 357).

Lugones, ao fazer uma releitura da modernidade colonial capitalista, enfatiza o seu impacto sobre a organização ontológica do mundo em categorias atômicas, homogêneas, binárias e separáveis. Face a esta objeção é que a crítica das epistemologias negras e das teóricas feministas do Terceiro Mundo ao feminismo universalista centraliza o fato de que a interseção de raça, classe, sexualidade e gênero ultrapassa as categorias da modernidade (Lugones, 2019, p. 357).

⁹ Sobre a utilização do termo “mulher” e a transição paradigmática (Kuhn, 2011) para o reconhecimento do “gênero” como categoria analítica, verificar o item 3, no qual o presente trabalho se desdobra mais detalhadamente sobre essa questão. Além disso, Bandeira (2019) considera que o uso semântico da expressão “violência contra a mulher” equivale também à violência doméstica, intrafamiliar, conjugal, familiar e de gênero. O presente trabalho optou teórico-metodologicamente, em consonância às implicações empíricas e teóricas de seu objeto, pela utilização da expressão “violência de gênero”.

¹⁰ Sobre a metodologia e os critérios de cientificidade das teorias, ver Lakatos (1993).

Diante desta problemática, Lugones (2019) situa o seu pensamento ao lado de intelectuais que sustentam uma visão decolonial dos fenômenos sociais, reivindicam e postulam a emergência de uma nova teoria feminista, diante da compreensão da violência de gênero e sua relação com a colonialidade, de modo a ampliar a sua compreensão (Kuhn, 2011, p. 94), desde os recortes compatíveis com as demandas e reivindicações das feministas da quarta onda.

Nas palavras da própria pensadora:

Analisando o sistema moderno, colonial e de gênero, acredito eu, conseguimos produzir uma teoria mais profunda sobre a lógica opressora da modernidade colonial, o uso de dicotomias hierárquicas e de uma lógica categorizante. Quero enfatizar, ainda, a centralidade dessa lógica de categorias, dicotomias e hierarquia para o pensamento moderno, colonial e capitalista sobre raça, gênero e sexualidade (Lugones, 2019, pp. 357-358).

Diante disso, pode-se afirmar que a perspectiva sustentada pela teoria feminista decolonial apresenta-se como resposta à emergência de uma nova teoria científica imbricada ao campo dos estudos de gênero, que propicie, com consistência teórica e rigor científico, uma nova leitura acerca da violência de gênero.

Reconhecer a legitimidade de uma teoria feminista decolonial, mediante a produção científica das Ciências Sociais, está imbricada à tarefa de reconhecimento do feminismo em termos de teoria, método e práticas políticas coletivamente organizadas por mulheres em suas reivindicações perante a violência de gênero.

Contudo, ainda que diversas intelectuais tenham contribuído com seus acúmulos teóricos com este campo de estudos, uma vez que a Academia está estruturalmente marcada pelas relações de poder (seja em relação a quem ingressa e permanece nas universidades, a quais projetos recebem incentivo para execução, às políticas públicas, aos interesses do Estado, dentre outros aspectos), o qual determinará os rumos da pesquisa científica, cabe mencionar alguns dos desafios que os estudos de gênero enfrentam na contemporaneidade.

Epistemologias feministas decoloniais e seus desafios contemporâneos

A colonialidade de gênero propõe repensar o uso semântico de categorias coloniais dicotômicas e binárias, bem como sustentar no campo de estudos de gêneros uma nova teoria que ofereça respostas à crise paradigmática do feminismo civilizatório, de modo que vá ao encontro, também, com as práticas políticas e

demandas “[...] das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das *queer*, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica” (Vergès, 2020, p. 13-14).

O paradigma científico das epistemologias feministas de caráter universalista que adotam uma visão biológica das relações de gênero, ao demonstrar a sua insuficiência e limitação para abordar a violência de gênero, impulsiona as intelectuais a oferecerem respostas a esta crise paradigmática (Kuhn, 2011).

Nesse sentido, cabe destacar as palavras da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyewùmí, a saber:

A ideia de que a biologia é o destino – ou melhor, o destino é a biologia – tem sido um marco do pensamento ocidental por séculos. Seja na questão de quem é quem na pólis de Aristóteles ou quem é pobre nos Estados Unidos no fim do século XX, a noção de diferença e hierarquia na sociedade são biologicamente determinadas continua a gozar de credibilidade, mesmo entre cientistas sociais que pretendem explicar a sociedade humana em outros termos que não os genéricos (Oyèrónké, 2021, p. 27).

Tal concepção de teor universalista é objeto de crítica por intelectuais feministas decoloniais, de modo que a vinculam ao problema da colonialidade, como elaborado por Lugones ao teorizar e problematizar a utilização semântica da categoria “mulher colonizada”, como se vê:

A consequência semântica da colonialidade dos gêneros é que a categoria ‘mulher colonizada’ é vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. [...] Diferentemente da colonização, a colonialidade dos gêneros ainda está conosco; ela está na intersecção gênero/classe/raça como o construto central do sistema mundial capitalista de poder. [...] Uma vez que não existem mulheres colonizadas, sugiro que nosso foco incida sobre os seres que resistem à colonialidade dos gêneros pelas ‘diferenças coloniais’ (Lugones, 2019, p. 362).

Em linha similar de raciocínio, a cientista política e historiadora francesa Françoise Vergès chama atenção para a emergência de uma teoria feminista decolonial face à violência do Estado e à herança colonial, associadas à constatação do racismo presentes no contexto da violência de gênero. Nas palavras da autora:

Uma consciência aguda da violência do Estado, do peso do colonialismo e do racismo sobre corpos e consciências, bem como da importância de *toda* forma de luta, por ‘menor’ que seja, é o motor de um feminismo decolonial. Esse feminismo nunca minimiza a coragem necessária para

recusar as ofertas de respeitabilidade por parte do Estado - que, por sua vez, propõe uma única porta de saída colonialidade do ser e do desprezo racista: usar a máscara branca (Vergès, 2021, pp. 150-151, grifo da autora).

Assim como uma teoria científica tem a sua função social, tão importante é que se observe a dinamicidade das sociedades humanas, com ênfase ao problema que se propõe a oferecer possibilidades teóricas à sua solução. Deste modo, embora os acúmulos teóricos das feministas que antecederam a quarta onda deste movimento sejam de suma relevância, hoje, um novo paradigma (Kuhn, 2011) se coloca emergente, diante das novas reivindicações e demandas dos feminismos na contemporaneidade atual.

O teor universalista do feminismo hegemônico vigente na Academia, especificamente no campo dos estudos de gênero, portanto, apresenta-se como um problema, uma crise paradigmática (Kuhn, 2011), à qual as epistemologias feministas, de forma contextualizada (Morin, 2011) e interseccional, procuram fornecer respostas mediante uma nova perspectiva que conjugue teoria, metodologia e prática política.

Esse movimento vem ao encontro com a configuração da quarta onda do movimento feminista, cuja trajetória ainda está em percurso. Por isso, a necessidade de compreender a emergência da teoria feminista decolonial, a partir dos processos sociais e políticos do período histórico, nos quais se inscreve. A socióloga brasileira Ângela Figueiredo, em texto publicado 2020, no periódico intitulado Tempo & Argumento, apresenta os principais aspectos históricos no que tange à emergência das epistemologias feministas decoloniais diante das demandas dos novos feminismos situados na referida onda, como se vê:

O contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras (Figueiredo, 2020, p. 3).

Foi este acúmulo teórico acerca das opressões raciais, de classe e de gênero dentro e fora da Academia, bem como a frequente denúncia e as ações de conscientização elaboradas pelo movimento de mulheres negras, atrelado aos avanços

e conquistas dos feminismos das ondas anteriores, que criou um terreno com maior solidez acerca da problematização da violência de gênero, sob uma nova perspectiva, como um resposta à crise paradigmática do feminismo hegemônico, que desconsidera não apenas os recortes de classe e raça, como também a colonialidade de gênero como uma herança do colonialismo (Figueiredo, 2020, p. 4).

Em meio a esse processo de emergência de um novo paradigma científico no campo dos estudos de gênero, cabe destacar a importância dos intelectuais que coletivamente impulsionaram esse movimento na Academia¹¹:

Do ponto de vista da experiência acadêmica, há um movimento político decolonial que pressiona professoras e professores a incorporarem na bibliografia dos cursos ministrados autoras e autores negros e africanos. Eles reconhecem a geopolítica do conhecimento que historicamente privilegiou e reproduziu o conhecimento hegemônico e eurocêntrico, rejeitando a continuidade de práticas epistemicidas¹² (Figueiredo, 2020, pp. 4-5).

Portanto, o processo de construção do conhecimento científico, para além do esquema de teor liberal denominado “regras do jogo” da ciência proposto por Popper, é, sobretudo, político e social. Político, por estar indissociavelmente ligada ao contexto geopolítico (e, por conseguinte, às relações de poder) em que se desenvolve, e social, pela sua relevância e contribuição legítima perante os problemas que as sociedades humanas enfrentam.

Daí, o presente trabalho considera que toda crise paradigmática é uma crise, sobretudo, política. Desse modo, a construção do feminismo decolonial como um campo teórico que leve em consideração a historicidade e o contexto local/global de seu objeto/sujeito devem acompanhar, também, os avanços e conquistas do movimento feminista. Esse movimento se faz dentro e fora das universidades.

¹¹ Para além desta problemática, levando em consideração a geopolítica do conhecimento no Brasil, as epistemologias feministas decoloniais, para além dos problemas relacionados à demonstração e à correspondência aos critérios de cientificidade vigentes na Academia como requisitos de sua validação e legitimidade como conhecimento científico, é de suma relevância destacar que este problema é, sobretudo, estrutural (Dos Santos; Musse; Catani, 2020).

¹² O sociólogo do Direito, de origem portuguesa, Boaventura de Sousa Santos (2000) postulou, em sua perspectiva teórica denominada “Epistemologias do Sul” a categoria “epistemicídio” para problematizar a supressão dos saberes e conhecimentos locais/populares em nome de uma ciência eurocêntrica, que silencia os povos subalternizados e suas diferentes formas de produção de conhecimento. Em diálogo com este complexo categorial, cabe destacar, também, as contribuições da filósofa brasileira Sueli Carneiro (2005), ao associar as consequências do epistemicídio ao que denomina como racismo epistêmico.

Considerações finais

As epistemologias feministas têm enfrentado historicamente desafios quanto à abrangência de suas ferramentas analíticas acerca da violência de gênero. Isso decorre, também, da pluralidade de reivindicações e contestações protagonizadas pelo movimento feminista, em suas diferentes vertentes. Daí pode-se afirmar que o feminismo decolonial como ferramenta de análise com legítima cientificidade é, ainda, um campo de construção no que se trata dos estudos de gênero na Academia.

O presente estudo buscou, nesse sentido, demonstrar a contribuição da produção científica da teoria feminista decolonial às epistemologias feministas, como instrumento analítico da violência de gênero, com recorte específico da colonialidade de gênero, como um problema do campo de investigação das Ciências Sociais.

À guisa de conclusão, embora se reconheça que a teoria feminista decolonial tenha consistência teórica e rigor científico suficientes para configurar-se como uma resposta à crise paradigmática do feminismo de matriz individualista, liberal e colonial (prelúdio na revolução científica no campo dos estudos de gênero), é um campo ainda em construção.

Diante disso, embora a produção científica da teoria feminista decolonial tenha demonstrado a sua cientificidade, por ser um campo ainda em construção, está sujeita, também, às relações de poder existentes na Academia, nas próprias instituições estatais que conduzem a política nacional de ciência e na própria geopolítica da construção do conhecimento.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, Brasília, 2013, pp. 89-117.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, 2017.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BIDASECA, Karina. “Mujeres blancas buscando salvar a mujeres color café”: desigualdad, colonialismo jurídico e feminismo postcolonial. **Andamios**, v. 8, n. 17, pp. 61-89, 2011.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

- CARRILLO, Afonso Torres. **Pensar epistémico, educación popular e investigación participativa**. Ciudad de México: Editora Nómada, IPECAL, 2019.
- CASANOVA, Pablo González. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-46.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DOS SANTOS, Maria Rosimary Soares; MUSSE, Ricardo; CATANI, Afrânio Mendes. Desconstruindo a educação superior, os direitos humanos e a produção científica: o bolsonarismo em ação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 4, p e4563135, 2020. DOI: 10.14244/198271994563. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4563>. Acesso em: 29 dez. 2022.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- ENGELS, Friedrich. A Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d. v. 1.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FIGUEIREDO, Ângela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, 2020.
- FONTANA, Josep. A invenção do progresso. In: **A História dos homens**. Bauru: EDUSC, 2004.
- GALLARDO, Helio. **Elementos de investigación académica**. San José: EUNED, 2003.
- GOLDMANN, Lucien. O método em Ciências Humanas. **Ciências Humanas e Filosofia**. São Paulo: Difel, 1978.
- GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**, 92/93, 1988, p. 69-82.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos pagu**, n. 22, pp. 201-246, 2004.
- JACOBY, Russell. A nova esquerda no campus II: a longa marcha através das instituições. **Os últimos intelectuais: A Cultura Americana na Era da Academia**. São Paulo: Trajetoria/EDUSP, 1990.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LAKATOS, Imre. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madri: Alianza Universidad, 1993, parte 1, cap. 3-4, apêndice.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**. Jul-Dic, 2011, v. 6, n. 2, pp. 105-119.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MIES, Maria. Liberating women, liberating knowledge: Reflections on two decades of feminist action research. **Atlantis: Critical Studies in Gender, Culture & Social Justice**,

v. 21, n. 1, p. 10-24, 1996.

MILLÁN, Mária. La eclosión del sujeto del feminismo y la crítica de la modernidade capitalista. **Pléyade: revista de humanidades y ciencias sociales**, n. 22, pp. 131-156, jul-dic, 2018.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Y la una no se mueve sin la otra: descolonialidad, antirracismo y feminismo. Una triéja inseparable para los procesos de cambio. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, v. 21, n. 46, pp. 47-64, 2016.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2011.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

POPPER, Karl. **La miséria del historicismo**. Madri: Taurus, 1997.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Arte e Descolonização**, v. 3, pp. 3-12, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 173-186, 2008.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v. 20. n. 2. jul-dez, 1995.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris**, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WEBER, Max. A ciência como vocação. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2017.

Recebido: 31 Jan 2023

Aceito: 27 set 2023